

30  
Anos

Ano XXIX - Vol. XXIX - (1): Janeiro/Dezembro - 2025

CIÊNCIA  
**Geográfica**  
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461  
www.agbauru.org.br

DOI: <https://doi.org/10.18817/26755122.29.2.2025.4212>

## A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BISSAU: DO PERÍODO COLONIAL AOS DIAS ATUAIS

THE URBANIZATION OF THE CITY OF BISSAU:  
FROM THE COLONIAL PERIOD TO THE PRESENT DAY

LA URBANIZACIÓN DE LA CIUDAD DE BISSAU:  
DE LA ÉPOCA COLONIAL HASTA LA ACTUALIDAD

**Amadu Djau<sup>1</sup>**

 0009-0009-8480-3989

[amadudjau.fb@gmail.com](mailto:amadudjau.fb@gmail.com)

**Nilmar Rippel<sup>2</sup>**

 0000-0002-5146-2606

[nilmarrippel@outlook.com.br](mailto:nilmarrippel@outlook.com.br)

1 Mestrando pelo PPGG da Universidade Estadual do oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão - PR. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8480-3989>. E-mail: [amadudjau.fb@gmail.com](mailto:amadudjau.fb@gmail.com).

2 Doutorando pelo PPGG da Universidade Estadual do oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão - PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5146-2606>. E-mail: [nilmarrippel@outlook.com.br](mailto:nilmarrippel@outlook.com.br).

Artigo recebido em outubro de 2024 e aceito para publicação em abril de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**RESUMO:** Este artigo objetiva explicar sobre a estrutura urbana de Bissau, capital da Guiné-Bissau, sua formação como cidade, desde período colonial até finais da década de 2020. O mesmo elucida os principais problemas e desafios enfrentados pelo Estado guineense ao longo da sua história no quesito de urbanização e porquê não conseguiu implantar um projeto urbano viável para a cidade de Bissau. Dessa forma, para realização do trabalho, utilizou-se da metodologia da abordagem histórica e qualitativa, recorrendo como técnicas de coleta de dados das pesquisas bibliográfica e documental que versam sobre a temática. Os resultados do trabalho apontam que o planejamento urbano, requer uma revisão e atualização dos projetos já elaborados para fomento de políticas públicas para contornar os desafios que vêm sendo enfrentados há anos, além da necessidade urgente de promover políticas de mobilidade urbana, saneamento básico, distribuição de redes elétricas e água potável para a população da cidade.

**Palavras-chave:** Bissau. Contexto histórico. Planejamento urbano.

**ABSTRACT:** This article aims to explain the urban structure of Bissau, capital of Guinea-Bissau, its formation as a city, from the colonial period until the end of the 2020s. It elucidates the main problems and challenges faced by the Guinean State throughout its history in issue of urbanization and why it was unable to implement a viable urban project for the city of Bissau. Thus, to carry out the work, the methodology of a historical and qualitative approach was used, using bibliographic and documentary research that deals with the theme as data collection techniques. The results of the work indicate that urban planning requires a review and update of projects already prepared to promote public policies to overcome the challenges that have been faced for years, in addition to the urgent need to promote urban mobility policies, basic sanitation, distribution of electrical networks and drinking water for the city's population.

**Keywords:** Bissau. Historical context. Urban planning.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo explicar la estructura urbana de Bissau, capital de Guinea-Bissau, su formación como ciudad, desde el período colonial hasta finales de la década de 2020 y dilucida los principales problemas y desafíos que ha enfrentado el Estado guineano a lo largo de su historia. cuestión de la urbanización y por qué no pudo implementar un proyecto urbano viable para la ciudad de Bissau. Así, para la realización del trabajo se utilizó la metodología de enfoque histórico y cualitativo, utilizando como técnicas de recolección de datos investigaciones bibliográficas y documentales que abordan el tema. Los resultados del trabajo indican que la planificación urbana requiere una revisión y actualización de proyectos ya elaborados para impulsar políticas públicas que permitan superar los desafíos que se han enfrentado durante años, además de la urgente necesidad de impulsar políticas de movilidad urbana, saneamiento básico, distribución de Redes eléctricas y agua potable para la población de la ciudad.

**Palabras clave:** Bissau. Contexto histórico. Planificación urbana.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é fruto de discussões oriundas da disciplina de “Urbanismo e Produção de Espaço” do Programa de Pós Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). O trabalho versa sobre as temáticas ligadas ao desenvolvimento urbano e a mobilidade na cidade de Bissau, abordando desde a era colonial aos dias atuais, fazendo assim um nexo entre esses dois períodos e apresentando os desafios encontrados e as melhorias feitas ao longo desses anos.

O trabalho divide-se em três partes além desta introdução. Na primeira parte, além de uma breve contextualização histórica e geográfica, certificaremos informações relacionados aos projetos elaborados pelos regimes portugueses, que governavam Guiné-Bissau no período colonial, assumindo a responsabilidade de estruturar, construir e modernizar a cidade de Bissau, que se tornou hoje a capital do país.

Na segunda parte, tratamos dos projetos de planejamento urbanos fomentados no pós-independência pelos governos guineense que se sucederam até os tempos atuais. Neste sentido, apresentamos alguns dados estatísticos que mostram o crescimento populacional urbano de Bissau; a expansão da cidade em áreas de riscos ambientais; os congestionamentos das vias urbanas, ou seja, saturação veicular da mobilidade urbana da cidade e; as perspectivas para determinação de limites e restrições para viabilizar uma gestão urbana melhor. Para isso, fizemos levantamento de dados sobre como a falta de planejamento e implantação de projetos urbanos concretos para a cidade de Bissau impactam a população, principalmente para a população menos favorecida.

Na terceira parte, analisaremos os dados estatísticos e geográficos que explicitam panoramicamente a cidade visando com isso, mostrar quanto a cidade de Bissau pode ser vítima das crises climáticas. Assim, mostrar a escassez de distribuição de energia elétrica, água, saneamento básico, falta de drenagem adequada e toda uma rede de estrutura básica para sua população. Na quarta e última parte, tem-se as considerações finais.

A partir dos dados levantados, examinaremos a composição demográfica da cidade, a mobilidade espacial da população da capital e sua interrelação com o rural, elementos que afetam significativamente as realidades econômicas e sociais da população de Bissau, sobretudo, o crescimento exponencial da população urbana e os desafios para planejar um ordenamento que pode facilitar o controle desse crescimento.

Dessa forma, recorre-se ao levantamento de dados dos principais órgãos responsáveis pelas políticas habitacionais do país, nomeadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE), Câmara municipal de Bissau (CMB), Direção Geral de Infraestruturas e Transporte (DGIT) e outros arquivos centrais do governo da Guiné-Bissau. Além disso, procurou-se trazer alguns estudos que respaldam às referências bibliográficas, dialogando com essas informações com as obtidas a partir de levantamento de dados documentais de tais órgãos para a obtenção de maior precisão de informações e o aprofundamento do nosso estudo.

## **GUINÉ-BISSAU – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA**

Acredita-se que um dos motivos do atraso do planejamento urbano de Bissau, particularmente no período colonial, foi por conta da estreita dependência do Gabinete de Urbanismo Colonial (GUC), que tinha sede em Lisboa, Portugal. Esse gabinete era responsável em delinear a arquitetura dos prédios e suas construções em Bissau, bem como em todas as capitais de países colonizados pela Coroa Portuguesa.

Talvez isso explique os problemas enfrentados pelo Estado guineense no processo de urbanização da cidade de Bissau, cujo órgãos competentes têm adotado algumas estratégias de planejamento urbano fomentados ao longo da sua história, o que tem sido um grande desafio para sua concretização.

A partir de 1919, notou-se uma complexa matriz de problemas urbanos, uma mutação drástica na construção “informal” no pós-independência, em que a população tinha unicamente o objetivo de obter um abrigo (Braz; Santo, 2021). Assim, nas décadas posteriores de 1998, a cidade de Bissau passaria por mudanças significativas em seu tecido urbano e social em todos os sentidos, por causa da guerra civil-político-militar que ocorreu naquele ano, entre o grupo armado liderado por General Ansuma Mane, a Junta Militar, considerada rebelde, e o grupo Governamental, regime que se encontrava no poder, liderado por então Presidente da República General João Bernardo Nino Vieira (Cateia *et al.*, 2018).

A partir 1998, havia propostas de criar novos bairros na capital Bissau, a fim de descentralizar a cidade e permitir a maior mobilidade urbana bem como diminuir o déficit habitacional vivida desde épocas anteriores às décadas de 1980 e 1990. O propósito seria posteriormente de avançar com o mesmo projeto a nível das principais capitais do país, até porque muitos pesquisadores não consideram a Guiné-Bissau como um país urbano dada a composição de suas cidades. Isto é, não sendo possível notar um processo de urbanização relativamente intenso.

Vale ressaltar, contudo, que Bissau é única cidade do país considerada efetivamente capital urbana por possuir infraestruturas razoáveis de uma cidade de médio porte, sendo que o país atualmente conta com 2.161.000 habitantes, segundo dados do Departamento de Assuntos Econômicos e sociais das Nações Unidas (2022).

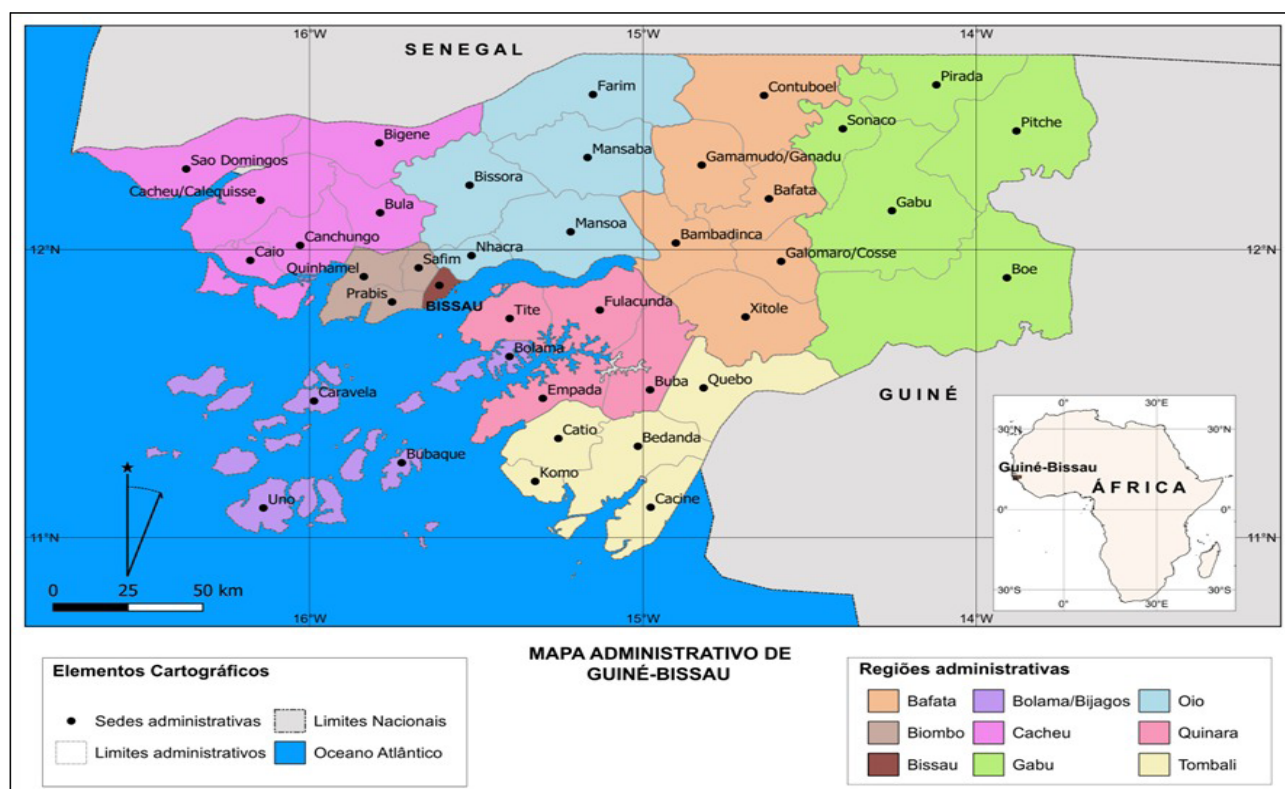
De acordo com o estudo feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em colaboração com o Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional (MEPIR), na Guiné-Bissau, o censo de 2009 evidenciava que haviam recenseados 1.497.859 de habitantes. Dessas, 1.449.230 residiam nos alojamentos familiares e 4.606 nos alojamentos coletivos (INE; MEPIR, 2009). O Mesmo estudo revelou que em 1997, apenas 22,5% da população vivia em áreas urbanas. As estimativas para 2015, esse número chegaria 42,16%, evidenciando um quadro desafiador no que diz respeito à situação urbana no país. Esse cenário evidencia a noção de escassez habitacional não só na capital Bissau, mas também à nível nacional.

A seguir, expõe-se o quadro geográfico e espacial de Bissau e os desafios que as autoridades do país, juntamente com os órgãos não estatais e entidades internacionais, vem enfrentando no âmbito do desenvolvimento urbano de Bissau.

Guiné-Bissau é um pequeno país localizado na costa ocidental do continente africano, entre as coordenadas geográficas de 11 e 12° N (Latitude), e 14 a 16° W (Longitude), fazendo a fronteira ao Norte com o Senegal, ao Sul e Leste com a República de Guiné Conacri e ao Oeste banhado pelo Oceano Atlântico. O país tem uma superfície total de 36.125 km<sup>2</sup> (INE, 2024), com a parte habitável de apenas 24.800 km<sup>2</sup>, por conta das terras inutilizadas pelas inundações dos mares fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas periódicas (Fernandes, 2021). Sua população, cuja maioria representada pelas mulheres (cerca de 53%), enquanto os homens correspondem por 47% desse percentual. A maior parte da população guineense, cerca de 58,3%, vive na zona rural, e 41,7% na zona urbana, onde mais de 25% destes, concentram-se na capital Bissau (INE, 2024).

Além da parte continental, o território guineense integra-se à parte insular, que forma os Arquipélagos dos Bijagós da região de Bolama. Essa região é composta por mais de 80 ilhas e ilhéus de

origem vulcânica. Essas ilhas ocupam uma superfície de cerca de 10.000 km<sup>2</sup>, que dispõe de uma alta diversidade de habitats marinhos. Isso oferece condições propícias para abrigar grande diversidade de crustáceos, moluscos e peixes. Muitas dessas ilhas, sendo de vegetação tropical densa, encontram-se desabitadas e separadas do continente por diversos canais do rio Geba, de Pedro Álvares, de Bolama e de Canhabaque (Té, 2005; Candé Monteiro, 2013).



Fonte: Elaborado pelos autores com base em: <https://data.humdata.org/dataset/>.

**Figura 1.** Mapa Administrativo de Guiné-Bissau.

Administrativamente, o território guineense é organizado em três (3) Províncias - Norte, Sul e Leste. Estas províncias, divididas por oito (8) regiões mais um (1) setor autônomo, que são: Biombo, Cacheu, Bafatá, Gabú, Oio, Quinara, Tombali, Bolama e Setor Autônomo de Bissau – SAB. As regiões, por sua vez, subdividem-se em trinta e sete (37) setores, incluindo Bissau, a capital do país (ANEME, 2018).

## A cidade de Bissau

A cidade de Bissau, é a capital administrativa e possui influência político, econômico e cultural da Guiné-Bissau, localiza-se no estuário do Rio Geba da costa atlântica. A sua conformação desenvolve-se sobre um relevo muito baixo que se eleva no sentido noroeste até ao planalto de Bissalanca. Além de relevo baixo, a grande maioria do espaço urbano da cidade possui apenas planícies, não existindo espaços ou territórios montanhosos ou planaltos exceto a Bissalanca, razão pela qual foi que se construiu o Aeroporto Internacional do país nessa localidade (Braz; Santo, 2021). Dentro dessa cidade, de apenas 77,5 km<sup>2</sup>, vivem 365.097 pessoas, o que representa 25% da população guineense (INE, 2017; ANEME, 2018).

Diante disso, ressalta-se que Bissau tem enfrentado uma série de desafios socioeconômicos e urbanos ao longo da sua história, advindos desde o período colonial e consequentemente no período pós-colonial que se iniciou na década de 1973. A cidade deu-se em 1744, a partir do núcleo inicial constituído pela Fortaleza de Amura e Bissau Velho, batizado como Praça de São José pelos portugueses no período colonial, em homenagem ao rei que ordenou a sua construção, quando a atual República da Guiné-Bissau ainda se conhecia de Guiné Portuguesa. Contendo marcos históricos do colonialismo, inicialmente para fins militares e comércio de escravos, desde meados do século XV. Nesse período, conforme enfatiza Cateia *et. al.* (2018), a Guiné-Bissau, em especial a capital Bissau, era fundamental no processo de escravidão, por conta de sua localização geográfica privilegiada no litoral do continente, próximo de rios e mares, o que facilitava o comércio dos escravos e também de mercadorias.

### **Processo de urbanização de Bissau no período colonial**

Acredita-se que, a expansão urbana de Bissau aconteceu de forma gradual no período colonial, o qual pode ser dividido em dois momentos. O primeiro, ocorreu especialmente em 1914, com o desmantelamento da muralha fazendo com que a Praça de São José se abrisse para o resto do território. O segundo momento, aconteceu em meados de 1919, quando o José Guedes Quinhones (o então governador da província de Bissau Portuguesa), “implantou Plano Urbanístico para cidade de Bissau, começando, dessa forma, o processo de monumentalização do espaço urbano, contextualizando a sua consolidação para lá do perímetro primitivo” (Braz; Santo, 2021).

Nessa época, notabiliza-se que, havia projetos para a urbanização de Bissau, essencialmente na era colonial. Lembrando que Bissau fora antes, por duas vezes, “capital do distrito da Guiné Portuguesa em 1836 e 1915. Apesar disso, não deu grande impulso ao desenvolvimento urbano” (Braz; Santo 2021).

Até meados de 1900, Bissau não era nada menos que um grande centro comercial de escravos e exploração de matérias primas pelos portugueses. Em 1914, passa a ser a capital administrativa colonial. Entretanto, no que refere ao plano estratégico urbano da cidade, dependia completamente pelo Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) que, até meados de 1948, não aprovou nenhum projeto desenhados pelos governos coloniais portugueses no país, por ignorar a importância dos territórios da Bissau, criando ideias de que não seria necessário investir num lugar tão desfavorecido e pantanoso.

Reitera-se, que antes da independência o Governo Provincial, a Administração Colonial Português mandou construir pequenos bairros sociais ou casas econômicas para solucionar o problema de habitação dos funcionários da Metrópole que, na altura, “eram deslocados em missão de serviço na então Província da Guiné, assim como de alguns quadros guineenses contratados localmente” (Ferreira, 2011).

Em vista disso, fica nítido uma herança de apropriação dos prédios públicos e casas construídos na era colonial pelas autoridades dos regimes e governos que se sucederam no pós-independência. Nesse sentido, levantamos a seguir algumas discussões sobre os projetos promovidos pelos governos da Guiné-Bissau, para o planejamento urbano de Bissau, depois da independência até as últimas décadas.

## **PLANEJAMENTO URBANO DE BISSAU NO PÓS-INDEPENDÊNCIA**

De acordo com Ferreira (2011), depois da conquista unilateral da independência por Guiné-Bissau em 1973, reconhecido oficialmente pelo Portugal em 1974, a questão habitacional não fazia parte da prioridade do desenvolvimento do país. Somente a partir dos anos de 1980 que se iniciou de uma fase de urbanização mais estruturada, com a construção de algumas infraestruturas básicas, como escolas e hospitais, além de edifícios administrativos coloniais herdados. Abrangendo, dessa forma, estradas, redes de saneamento e energia elétrica. Assim, o plano urbanístico começa a tomar forma, com a criação de bairros residenciais e comerciais, para as pessoas associadas ao regime português e seus funcionários.

Com o desenvolvimento das “redes de infraestruturas básicas, os bairros acabaram-se estendendo. Contudo, a tipologia utilizada a época era bastante simples, visto que tinha como base o solo da região, com as estruturas de madeira e cobertas de zinco, por serem bairros destinados a camada social menos favorecida. Isso acabou transformando a cidade em duas paisagens urbanas diferentes, uma área formalmente planejada e o resto dos bairros com construções informais (Ferreira, 2011).

Depois da década de 1980, começou-se a perceber a escassez habitacional na cidade. Por conta disso, deu-se início aos estudos de novos projetos de concepção de novas obras para solucionar o componente habitacional de Bissau. Isso corrobora com a afirmação de Tavares (2019) que sustenta que, a partir dessa década, a expansão urbana ganha um novo ritmo e formato, devido à enorme necessidade de criar habitação, o que levou ao surgimento de bairros periféricos.

Constata-se que, em Guiné-Bissau, mas em particular na capital, Bissau, “por razões inerentes ao crescimento populacional, houve necessidade de construir novas habitações nas periferias, nomeadamente em zonas utilizadas para agricultura, tendo como efeito a degradação dos ecossistemas urbanos e o aumento do risco de inundações” (Seabra, 2013). Estas condições desafiadoras obrigaram o Estado a criar novas estratégias e planos urbanos para os novos bairros periféricos de Bissau.

Em seguida abordaremos esse assunto, para ajudar compreender as estratégias conduzidas pelos governos nos últimos anos.

### **Planejamento Urbano**

Diante das informações destacadas, fica evidente que, a Guiné-Bissau precisa, com urgência, promover políticas públicas habitacionais, desenvolvendo um planejamento socioespacial eficiente, através de uma visão macro das localidades até aos micros locais. Esse plano urbanístico deve preocupar-se, no seu cerne, com áreas de proteção ambiental e habitações em situação de risco, devendo o mesmo ser capaz de descentralizar os espaços urbanos através de construção de infraestruturas capazes de ligar a cidade aos campos.

Importante destacar que a economia do país depende muito da agricultura familiar e pequenas atividades familiares como pequenos mercados, mecânicas, lojas de pequenos portes, redes escolares de ensino básico ao médio etc. Constata-se que, existem poucas empresas no país e os setores industriais que incipientemente existe, são pouco desenvolvidos.

A própria Câmara Municipal de Bissau (CMB), órgão com a autonomia administrativa, patrimonial e financeira para a implementação das políticas de infraestrutura e desenvolvimento urbano, reconhece esse desafio. Segundo esse órgão, “as áreas urbanas do país exigem produtos e

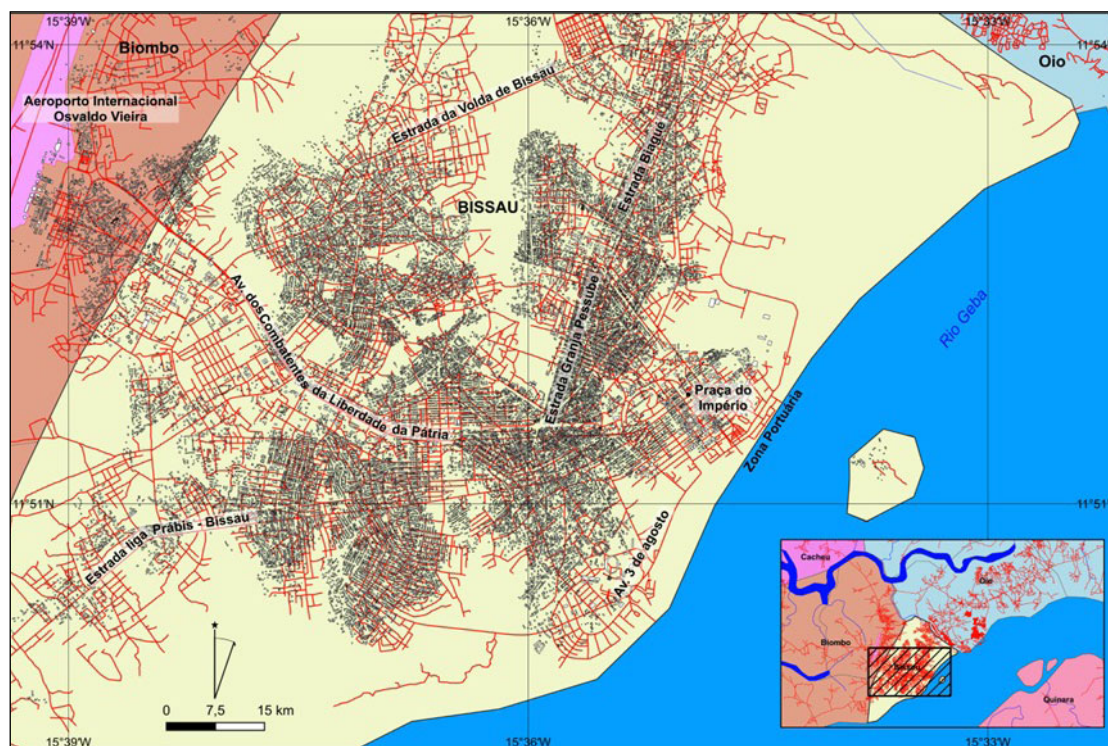


serviços ambientais das áreas rurais, enquanto as áreas rurais se beneficiam da demanda urbana e de serviços especializados. Daí a necessidade do planejamento integrado” (CMB, 2019).

Por isso, a construção de infraestruturas viárias é extremamente necessária para proporcionar melhor mobilidade urbana para as populações de todos os espaços e localidades do país. Sendo que desenvolve um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer país.

A cidade de Bissau possui duas vias que permitem acesso a outros setores administrativos próximos à cidade. Por consequência, isso provoca congestionamento e pouca mobilidade de circulação de veículos e pessoas. Por esta razão, cria-se naturalmente lugares de maior concentração de pessoas dentro da capital.

A imagem a seguir, ilustra as duas principais vias para acesso a capital Bissau, uma que é a Avenida dos Combatentes da Liberdade da Pátria, que liga evidentemente o Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, e que passa pelos bairros: Áfia, Bairro Ajuda, Plack II, Bairro de Brá, Penha-Bor até ao principal mercado da cidade (Bandin); depois passa a ligar diretamente a Praça de Império ao Porto de Bissau, através de Avenida Francisco Mendes e a Avenida Amílcar Cabral. Outra via de acesso é a Estrada de Volta de Bissau, que emerge da retunda (contorno) de Guimetal, passando pelos bairros: São Paulo, Santa Clara, Plack I, Antula, Coco-Plubá e por fim baliza-se no Porto de Bissau.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em: <https://data.humdata.org/dataset/>.

**Figura 2.** Mapa de congestionamento das vias de capital Bissau.

Diante do exposto, apesar de ter verificado esforços para traçar ideias a implementar, planos e estruturação urbana da cidade de Bissau “ainda carece de organização e condições a nível viário, que se deve às problemáticas que se agravou nas últimas décadas, devido as crises políticas e econômicas presentes até a atualidade”, advogam Braz e Santo (2021).



## **Expansão da cidade**

Até aqui, nota-se que Bissau não era planejada para ser uma cidade de grande porte que poderia absorver um número significativo de moradores. Fato que já discutimos acima, é que Bissau apenas tinha sido planejada para acolher as autoridades do regime português na era colonial e seus funcionários, sendo uma cidade mercantil.

No pós-independência, apesar de já haver se tornado a principal capital do país, mas ainda herdava dessa escassez de fomento aos projetos de urbanização da cidade. E após as décadas de 1980 e 1990, o crescimento da população da cidade passou a preocupar as autoridades.

Essa ocorrência tem persistido até hoje, consistentemente. Neste sentido, “surgiu a estratégia, em primeiro lugar, de reconfiguração das redes viárias e de toda a frente litoral de Bissau e proporcionar uma nova identidade à artéria que conecta Porto de Bissau até ao Porto de Bandim, mais propriamente até ao Bairro Ministro onde se encontram a nova expansão urbana” (CMB, p. 78).

Com intenção de conectar e favorecer o acesso aos produtos vindos das regiões interiores à cidade (Bolama e Bijagos, Biombo) a alcançar novos bairros em expansão e os lugares com maior aglomeração de pessoas a fim de comercialização e troca de bens e serviços, com uma variedade de culturas e tradições locais.

Ainda considerando a espinha dorsal dos dois momentos, histórico e contemporâneo da urbanização de Bissau, é possível verificar que existem diferentes representações culturais e tradições, religiosas, dialetos e tribos que a compõem como cidade. Além das representações de poderes locais fragmentadas em todo o espaço urbano da cidade e apesar da existência de um número expressivo e desenfreado de população com condições precárias ao seu redor.

Essa pressão acelerada da população menos favorecida em volta da cidade tem provocado problemas sanitários por falta de infraestruturas de saúde, consideradas básicas para essa população de baixa renda. Aliás, segundo (FMI, 2011), o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) junto com a Câmara Municipal de Bissau, afirmam que,

A pobreza não monetária atinge 40% da população da Guiné-Bissau. Esta pobreza afeta 60,3% da população rural e 8,4% da população urbana. A sua profundidade (diferença média, em % em relação à linha de pobreza) é de 5,7% a nível nacional, sendo 8,8% no meio rural e 0,9% nas áreas urbanas. Esse resultado indica que mesmo com pequenos ganhos na melhoria das condições de habitação, saneamento, acesso à água potável e posse de bens duráveis podem resultar em mudanças significativas na incidência da pobreza (FMI, 2011).

Percebe que Bissau ainda enfrenta problemas urbanos da experiência passada da degradação de condições de vida e falta de planos concretos para mitigar a escassez habitacional e os problemas da mobilidade urbana da cidade.

Dessa forma, foram determinados

estudos de reflexão sobre o problema da habitação para a capital no quadro de alguns projetos-piloto (Projeto de Melhoramento de Bairros de Bissau – PMBB), no quadro da definição de novos projetos (Programa de Ação Social e Infra-estrutural-PASI) e, ainda, no contexto associado à definição de uma política habitacional (Projeto de Reabilitação de Infraestruturas – PRI) (Ferreira, 2011, p. 60).

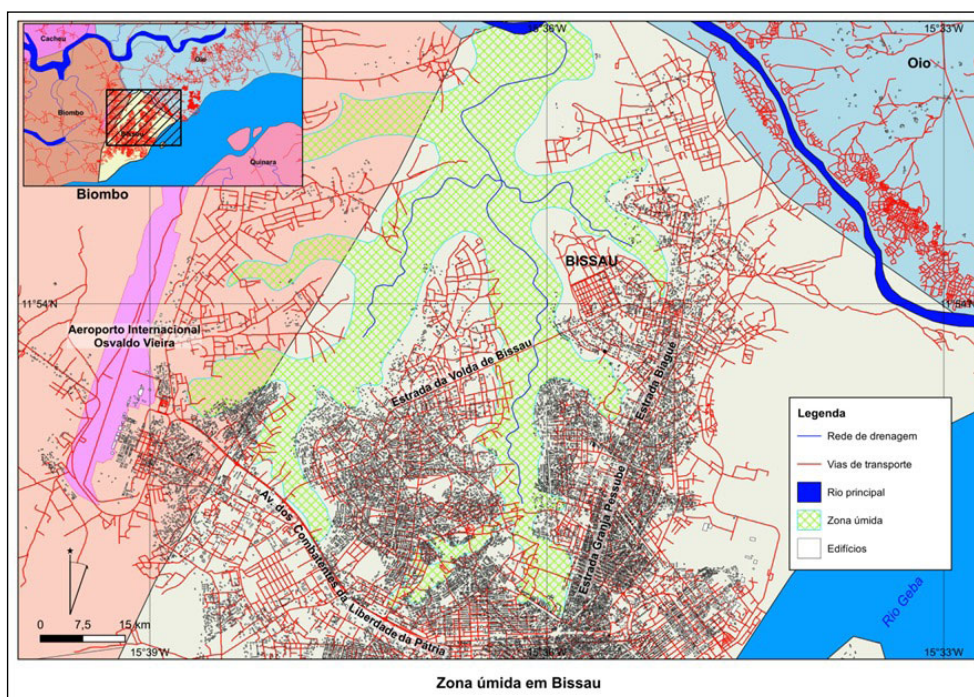
Com o propósito de mitigar os desafios habitacionais na capital por causa do rápido “crescimento natural da população e com o êxodo rural em direção às cidades e em particular à capital – Bissau”. Fato que preocupou o Estado e foi obrigado buscar financiamentos junto dos seus parceiros multilaterais, e iniciou-se “o Programa de Ação Social e Infraestrutura (PASI) destinado a minimizar os efeitos mais confrangentes decorrentes do programa de ajustamento estrutural” (Ferreira, 2011) o qual inviabilizaria:

35 hectares de terrenos, dos quais 50 terrenos teriam sido cedidos pelo Estado em contrapartida do financiamento de fundos estrangeiros.

Para que as famílias mais carenciadas pudessem adquirir os seus lotes para construção das suas habitações, foi introduzido, pela primeira vez na história de urbanização na Guiné-Bissau, o parcelamento de quatro tipos de lotes: 150 m<sup>2</sup> (10x15 m), 250 m<sup>2</sup> (10x25 m), 300 m<sup>2</sup> (15x20 m) e 500 m<sup>2</sup> (20x25 m). Salienta-se que 86% da intervenção foi destinada a “lotes sociais” (150 m<sup>2</sup>, 250 m<sup>2</sup> e 300 m<sup>2</sup>) e que foram reservadas áreas para equipamentos coletivos (desporto, escola, hospital, etc.), edifícios públicos e parques” (Ferreira, 2011).

De acordo com o Jornal Democrática, as “zonas úmidas da Guiné estão ameaçadas”. A notícia alertava que várias entidades nacionais e internacionais se juntaram no “Parque Europa Lagoa N’ Batonha”, em Bissau, “onde em uníssono apelaram à proteção das zonas úmidas em Bissau, devido à ocupação acelerada que tem sido notória nas bolanhas periféricas da cidade” (Democrata, 2017).

O mapa da Figura 3 demonstra o avanço da construção informal de casas em uma área que abrange boa parte das zonas úmidas da cidade de Bissau, contendo os bairros “Bairro Militar, São Paulo, Hafia, Bissaque, Lala Quema, N’pantcha, Antula e N’dam, que se localiza entre a latitude de 11° 54’ N e a longitude de 15° 36’ ” (Tavares, 2019, p. 49).



Fonte: Elaborado pelos autores com base em: <https://data.humdata.org/dataset/>.

**Figura 3.** Mapa ilustrativo das zonas úmidas de alguns bairros de Bissau.

Portanto, vê-se com preocupação em que essencialmente “nos últimos 8 anos, a cidade dobrou de tamanho - de 34 km<sup>2</sup> em 2010 para 60 km<sup>2</sup> em 2018. Estima-se que cerca de 90% da população vive em zonas não planejadas da cidade” (CMB, 2009).

## **AS PERSPECTIVAS DE PLANEJAMENTO URBANO DE BISSAU**

As perspectivas são, além de concretizar os projetos de urbanização já criados ao longo dos anos, exige também a necessidade de adaptar as novas realidades sócio-espaciais existentes na cidade, inclusive as novas ameaças das crises climáticas atuais.

Vale frisar que até 2019, não existia de modo geral, nenhum plano ou projeto de desenvolvimento urbano implementado para a cidade de Bissau. A partir de 2019, começou-se a engatinhar algumas melhorias, sobretudo na “reabilitação de Vias Urbanas de Bissau, foi realizada com o financiamento do BOAD. O trabalho feito totalizou 22,70 km, dos quais 10,2 km são de vias urbanas de Bissau, “que contou com a construção e revestimento de 5,8 km; e reabilitação de 4,4 km de vias revestidas” (Governo da GB, 2020, p. 22) do relatório.

Entretanto, segundo o documento do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos e o Ministério das obras Públicas da Guiné-Bissau, (2019, p. 21), salienta que “Plano Geral Urbanístico atual de Bissau é um documento de perspectiva integrado com a categoria de um “Regulamento”, com uma vigência de vinte anos dada a sua natureza dinâmica conforme o aumento do índice de crescimento populacional no espaço concernente”.

Enquanto o êxodo rural se intensifica e a população de Bissau aumenta consideravelmente, a atingir quase 25% da população nacional, tanto a capital como os principais centros urbanos continuam a crescer. Nesse sentido, segundo os dois órgãos acima mencionados, afirmam que

Atualmente é o principal instrumento legal e o único plano disponível para gestão da cidade de Bissau. O PGUB é constituído por uma parte escrita (próprio regulamento, abrangido pelo diagnóstico de toda cidade incluindo informações como a densidade, taxa de ocupação, etc.) e gráfica (integram os planos de relevo, esgoto, zoneamento, unidades do ordenamento, eletricidade e rede telefônica). Propõe a criação e manutenção de zonas verdes, áreas formadas por uma ampla gama de diversidade florestal e de plantas. O PGUB recomenda que as zonas húmidas e terras baixas (bolanhas), dentro e fora dos limites da cidade, sejam ocupadas com culturas vocacionadas e pela zona verde da cidade, com mangais do litoral de Bissau, por exemplo. Também recomenda a manutenção, o ordenamento do espaço verde existente (granjas e outros) e a formação de zonas, devendo insistir-se na rigorosa proteção das já existentes e na plantação rigorosa de novas árvores ao longo das avenidas e ruas”.

No entanto, o “Plano Estratégico e Operacional” onde consta a visão estratégica do país para 2025 “integrou a infraestrutura urbana como um dos eixos prioritário e assim, almeja implementar um vasto programa de infraestruturas e desenvolvimento urbano, com especial atenção para gestão do território e desenvolvimento urbano nos principais polos de desenvolvimento do país” (Relatório do Governo da GB, 2020, p. 47).

Outro dado importante, diz respeito a gestão de urbanização da capital Bissau e que vem sendo descentralizado para outras regiões do país para solucionar problemas ligados à escassez da água potável e a carência da distribuição da energia elétrica não apenas na capital, mas sim o país como um todo.

De acordo com o relatório final do Governo da Guiné-Bissau (2020),

considera-se muito precário, tanto nas zonas urbanas como rurais, as condições de acesso à água potável, e o sistema de saneamento público é quase que inexistente. Uma pequena parte da população sobretudo na capital e nas principais cidades estão conectadas à rede pública, mas a maioria recorre aos fontanários e aos poços pouco salubres, estimando que cerca de metade da população rural não dispõe de água potável (Governo da Guiné-Bissau, 2020).

Quanto a distribuição da energia elétrica na capital, esta continua a se deparar com desafios enormes, pelo fato de que a instalação das redes elétricas não abrange boa parte dos bairros de Bissau. O mais curioso é que Bissau como um todo depende de um central elétrica administrada por um consórcio português há décadas, inerente à fornecimento da água a nível capital. Esses fatos mostram a necessidade de reformas institucionais do Estado para garantir o bem-estar social da população à nível nacional.

Desse modo, ressaltasse a necessidade de planos mais assertivos e eficientes de urbanização que leve em consideração a notória precariedade institucional do Estado no sentido das possibilidades em responder à altura dos principais desafios de Guiné-Bissau. Tais desafios configuram como as principais preocupações do Estado da Guiné-Bissau, em sua agenda até 2030.

O fato curioso é que o Governo em seu relatório anual de (2020), afirma que, “dos 45,5% apenas 33% da população urbana dispõem de formas de saneamento e, dos 54,5% somente 8% na zona rural. Apesar de “o componente territorial” propriamente dito, o Estado, deveria garantir “de um lado, uma instrumentalização do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e por outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos sejam asseguradas.” (Santos, 2011b).

Ainda consta no relatório também que “o país, em especial a capital Bissau, carece de um sistema de gestão e tratamento de resíduos sólidos”, sabe-se que, a má gestão dos resíduos pode impactar na saúde das populações, e dependendo do tipo de resíduo, também pode causar poluição atmosférica, hídrica e até mesmo visual.

No entanto, diante de todas as informações verificadas, pode-se afirmar seguramente que, há um enorme defeito no âmbito das políticas de urbanização de Bissau. E que os desafios socioeconômicos e habitacionais, já expostos, têm suas raízes no período colonial, porém poderiam ter sido melhorados há anos, mas continuam piorando sem perspectiva de elucidar tais problemas em curto prazo. Conforme Santos (2011e, p. 126), “o resultado de todos esses agravos” evidencia que, Bissau, “é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, é possível perceber que Bissau já vinha enfrentando problemas habitacionais desde a era colonial, falta de execução dos projetos fomentados pelos regimes portugueses por ignorarem os territórios da capital, essas circunstâncias nos levam concluir que, ela não era planejada para ser uma capital e sim meramente uma vila que poderia servir de interesses a Metrópole.

Diante disso, podemos concluir que, “a cidade de Bissau não possuía um plano urbano formal aprovado desde meados dos anos 1990”. Essa afirmação nos conduz a deduzir que, somente em 2018

que “a (ONUH-abitat) realizou uma análise preliminar e revisou os planos e estruturas de planeamento existentes” (CMB, 2018).

É importante frisar que, somente depois dessa revisão tardia da estrutura urbana e os projetos urbanos dos governos anteriores que foi possível identificar “os principais desafios e necessidades da cidade e uma compreensão mais profunda das condições e recursos urbanos existentes, padrões de crescimento, possíveis áreas de expansão urbana, riscos ambientais e deficiências da rede viária. Isso serviu como uma linha de base para o trabalho de planejamento espacial e foi capaz de informar ainda mais o processo integrado de planejamento” (CMB, 2018).

Em vista disso, fica evidente que os problemas sociopolíticos, e econômicos tem ocasionado enormes atrasos, não só no quesito urbano, assim como em todos os setores de fomento ao desenvolvimento (educação, saúde, cultura, desenvolvimento humano, tecnologia etc.).

Outros elementos importantes que foram identificados ao longo deste trabalho é a crise de abastecimento de água potável e energia elétrica. Infelizmente é uma realidade escancarado tanto na capital Bissau, como também em outras regiões do país. Razão pela qual, apenas “10,1% população em 2020, possuía acesso à Internet”, Segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT).

É crucial notar que, a urbanização de Bissau, apesar das autoridades apresentarem esforços para melhorar tal setor, fica evidente as deficiências em seus planos de desenvolvimento em todas as direções. No entanto, é fundamental a implementação de políticas que promovam a inclusão social e o planejamento urbano sustentável para equilibrar os efeitos sociais e econômicas dentro da cidade, bem como nas áreas rurais.

## REFERÊNCIAS

- ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas. **Estudo Guiné-Bissau: enquadramento e perspectivas de desenvolvimento, levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais**. ANEME, Lisboa, Portugal, 2018.
- BRAZ, T. M. Rui; SANTO, Sousa Rafael. **A intervenção em espaço urbano na cidade de bissau guiné-bissau**. In: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2021.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013. 318f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador/BA, 2013.
- CATEIA, Vicente Júlio, et al. **A mudança estrutural em Guiné-Bissau**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8085.2018v21n1p97>.
- Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DAESNU)**. Disponível em: <https://countrymeters.info/pt/Guinea-Bissau>.
- DIAS, Costa Eduardo e MILHEIRO, Vaz Ana. **Arquitetura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)**. In: **usjt - arq.urb** - número 2/ segundo semestre de 2009.
- FERNANDES, Aladino. **A relação entre sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau**. **Semina** - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, 20(1), 104 - 120, 2021.
- FERREIRA, Estanislau. **Problemática da habitação do ponto de vista social na Guiné-Bissau**. In: **AFRICANA STUDIA**. Edição Nº 16, págs. 57-63.

Fundo Monetário Internacional (FMI). **Relatório No. 11/353**. Acessado em: [https://fecongdn.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011\\_2015.pdf](https://fecongdn.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf). 2024.

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Guiné-Bissau em número 2017**. Bissau, Guiné-Bissau, Imprensa Nacional, 2017.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **Projeção demográfica da Guiné-Bissau**. Bissau, Guiné-Bissau, 2024.

M.O.P.C.U. – D.G.H.U: **Plano Geral Urbanístico de Bissau**. Revisão do P.G.U.B, Junho de 2005. Acessado em: <https://bagabaga-gb.com/wp-content/uploads/2020/08/plano-geral-urbanistico-de-bissau2005.pdf>.

MEPIR-INE (Ministério da Economia, Planejamento e Integração Regional e Instituto Nacional de Estatística). **Estado e estrutura da população**. In: III RGPH, 2009. Com acesso em: [https://stat-guineebissau.com/Menu\\_principal/IV\\_RGPH/rgph1/estado\\_estrutura\\_pop.pdf](https://stat-guineebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/estado_estrutura_pop.pdf).

ONU-HABITAT. **Plano de desenvolvimento sustentável 2030**. Bissau 2030. Acessado em: <https://www.circuitourbano.org/Plano-Espacial-de-Desenvolvimento-Sustentavel-Bissau-2030.pdf>.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Relatório final: implementação do programa de acção de istambul na Guiné-Bissau, 2011 – 2020**. Em: [https://www.un.org/ldc5/sites/www.un.org/ldc5/files/guine\\_bissau\\_ipoa\\_national\\_report.pdf](https://www.un.org/ldc5/sites/www.un.org/ldc5/files/guine_bissau_ipoa_national_report.pdf).

SANTOS, Milton. Introdução. In: SILVA, Elisiane; NEVES, Gervásio; MARTINS, Liana. Milton Santos: **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011b. (p. 78-81). Disponível em: [https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos\\_milton\\_espaco\\_da\\_cidadania\\_2011.pdf](https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_espaco_da_cidadania_2011.pdf).

SANTOS, Milton. O espaço sem cidadãos. In: SILVA, Elisiane; NEVES, Gervásio; MARTINS, Liana. Milton Santos: **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011e. (p. 119-126). Disponível em: [https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos\\_milton\\_espaco\\_da\\_cidadania\\_2011.pdf](https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_espaco_da_cidadania_2011.pdf).

TAVARES, Abibe Karim Habdel. **Expansão urbana nas zonas húmidas de Bissau: Estudo de caso da bolanha de Bissaque-Djolo**. Com site disponível em: [https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/25663/AS\\_26\\_12\\_2019\\_art\\_5.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/25663/AS_26_12_2019_art_5.pdf?sequence=3&isAllowed=y).

TÉ, Gualdino Afonso. **Pescarias Industriais de Arrasto na plataforma continental da Guiné-Bissau**. 2005. 96.f. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) - Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2005.

UN-HABITAT. Documento do programa-país (Guiné-Bissau). **Por um futuro urbano melhor**. 2022. Pode ser acessado em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2019/10/hcpd\\_guine\\_bissau\\_v02.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2019/10/hcpd_guine_bissau_v02.pdf).

**União Internacional de Telecomunicações (UIT)**. Disponível em: [https://watra.org/pt-pt/guine\\_bissau/#:~:text=penetra%C3%A7%C3%A3o%20e%20acesso%20%C3%A0%20Internet%3A%20A%20percentagem%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com,banda%20larga%20fixa%20sem%20fio](https://watra.org/pt-pt/guine_bissau/#:~:text=penetra%C3%A7%C3%A3o%20e%20acesso%20%C3%A0%20Internet%3A%20A%20percentagem%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com,banda%20larga%20fixa%20sem%20fio).